



Revista

Terra

A VOZ DO SECTOR AGRO-AMBIENTAL

Periodicidade: Mensal | Edição 23 | Ano IV – Setembro 2026 | Director: William Mapote |

AGRONEGÓCIO:

A difícil equação de produzir em Moçambique

Com a terra, água, mão-de-obra e um enorme mercado interno como potenciais activos, o país continua a ser alimentado pelas importações.

Governo aponta para o agro-negócio como o caminho para acabar com este paradoxo, sector privado faz as contas e apresenta os factores da equação

um enorme mercado
as importações a ser ali-



ÍNDICE

- 04** Chapo quer tecnologia no centro da transformação agrária
- 06** Divulgados maiores exportadores do sector agrícola nacional
- 07** Algodão com novo regulamento para alavancar impacto na economia
- 08** El Niño: Tempo de alerta
- 12** Agronegócio: o custo de produzir em Moçambique
- 20** Combatentes passam a ter quota nos projectos agrícolas
- 21** Agricultura longe do crédito bancário
- 22** Combate à seca ganha fundo para atrair capital privado



www.revistaterra.co.mz



redacao@revistaterra.co.mz



[@revistaterramz](https://twitter.com/revistaterramz)



[@revistaterra](https://facebook.com/revistaterra)

FICHA TÉCNICA

Propriedade

Terra Media Lda - Sociedade

Unipessoal

Publicação:



REVISTA TERRA

Rua da Resistência n.º

1642, 3.º Andar, Porta M

Telef.: +258842399758,

+258847322282 e

+258821233910

Email: redacao@

revistaterra.co.mz

Registo sob n.º

122/GABINFO/

DEPC/210/2022

Editor

William F. Mapote

Redacção:

William Mapote

Julio Armino F.

Guilherme FM

Bendito Nascimento

Colaboradores:

Nordino Gabriel (Cabo

Delgado)

Afonso Brandão

Luca Bussotti

Revisor Linguístico:

AR&Serviços SU

Maquetização:

Rui Baltazar

Samuel Maribate

Administração:

Narciso F. Mapote

administracao@revistaterra.

co.mz

Comercial:

Filimão A. Cumbane

comercial@revistaterra.

co.mz

Webdesign & Online:

Rui Baltazar

website:

www.revistaterra.co.mz

Twitter:

@revistaterramz

Edição Impressa:

Tiragem por demanda

Editorial

Na hora da viragem

Moçambique prepara-se para iniciar, dentro de poucas semanas, uma nova campanha agrícola, a época 2026-2027, a segunda sob os auspícios do actual Executivo. Mais do que o início de mais uma época produtiva, a campanha chega num momento particularmente importante para o futuro da agricultura nacional. Ao que tudo indica, será também o ponto de partida de um novo ciclo de políticas para o sector, com a entrada em cena do Programa Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA), apresentado como a grande aposta para transformar a produção, a produtividade e a competitividade da agricultura moçambicana. A nova abordagem, construída a partir de consultas com diferentes actores, incluindo o sector privado, coloca o investimento e a participação do grande capital num lugar de maior relevo. É uma aposta que merece ser acompanhada com atenção, sobretudo porque a transformação da agricultura exige capital, tecnologia, mercados e capacidade de processamento. Mas a verdadeira questão será saber se esta nova arquitectura conseguirá produzir resultados para além dos indicadores e dos grandes investimentos anunciados. O desafio começa pelo produ-

tor familiar, que continua a constituir uma das principais forças produtivas da agricultura moçambicana. Que lugar ocupará este produtor na nova estratégia? Como terá acesso a financiamento, tecnologia, mercados e infra-estruturas? E de que forma será integrado nas cadeias de valor que se pretende desenvolver? Há ainda o teste do clima. A nova campanha vai arrancar sob o impacto do El Niño, colocando à prova a capacidade de antecipação e resposta do país aos choques climáticos. Se o PEDSA pretende inaugurar uma nova era, a resiliência não poderá ser um capítulo secundário da estratégia. Até lá, por agora é hora de fazer as contas da época que termina, Produzimos mais? Produzimos melhor? Reduzimos importações? Aumentámos as exportações? Criámos mais valor e rendimento para os produtores? São, para já, estas respostas, mais do que o número de programas, projectos ou milhões anunciados, que determinarão se a época 2026-2027 será realmente o início de uma nova agricultura ou apenas mais um capítulo na longa procura por uma agricultura moçambicana mais produtiva, competitiva e resiliente.



William Mapote

E-mail: editor@revistaterra.co.mz

Chapo quer tecnologia no centro da transformação agrária



O Presidente da República, Daniel Francisco Chapo, defende o uso da tecnologia para aumentar a produtividade da agricultura, aproximar os produtores dos mercados e reforçar a capacidade de Moçambique de produzir e exportar, no quadro da transformação económica do país.

Falando na abertura da 61.^a edição da Feira Internacional de Maputo (FACIM), em Ricatla, província de Maputo, Chapo disse que a transformação digital deve contribuir para modernizar a agricultura e tornar a economia nacional mais produtiva e competitiva. “Queremos utilizar a tecnologia para aumentar a produtividade da nossa agricultura”, afirmou o Presidente, acrescentando que a inovação deve também aproximar os produtores dos mercados. Como exemplo, Chapo referiu a possibilidade de um jovem agricultor de Mecanhelas, na província do Niassa, vender a sua produção para qualquer mercado do mundo a partir da sua localidade, através de uma plataforma digital. O Chefe do Estado defendeu igualmente maior transformação local da produção

nacional, incluindo produtos agrícolas destinados aos mercados externos. Segundo Chapo, Moçambique deve aumentar as exportações de produtos transformados, atrair investimento produtivo e aproveitar as oportunidades oferecidas pela Zona de Comércio Livre Continental Africana. “Queremos que os nossos produtos agrícolas atravessem fronteiras, levando consigo uma marca de qualidade e confiança: Made in Mozambique”, disse.

Produção agrícola

Na sua intervenção, o Presidente destacou a diversidade da produção nacional representada na FACIM, mencionando, entre outros produtos, a castanha de Nampula, o café do Niassa, o arroz de Chókwè, o açúcar de Xinavane, os citrinos de Manica, o chá de Gurué, o



cabrito de Tete e a banana de Namaacha. Chapo defendeu que o desafio passa por transformar esta diversidade produtiva numa força económica integrada, ligando produtores, indústria, infra-estruturas e mercados. Neste contexto, destacou a importância da ligação entre a indústria e os portos, nomeadamente Maputo, Beira e Nacala, e entre os grandes projectos de investimento e o empresariado nacional. Receitas do gás para agricultura O Presidente afirmou ainda que o Governo pretende canalizar receitas provenientes do sector do gás para outras áreas da economia, incluindo agricultura, indústria, energia, recursos minerais, turismo, transformação digital, economia azul e infra-estruturas. A utilização dessas receitas, disse, deverá contribuir para gerar rendimento, salários, impostos e dinamizar a economia nacional. Chapo defendeu também o aumento da produção e das exportações

“Queremos que os nossos produtos agrícolas atravessem fronteiras, levando consigo uma marca de qualidade e confiança: Made in Mozambique”

como forma de reforçar a disponibilidade de divisas no país. “Só teremos divisas se produzirmos mais e exportarmos mais”, afirmou, apelando à inversão da actual dinâmica da balança de pagamentos. PME nas cadeias de valor O Presidente considerou ainda que as Micro, Pequenas e Médias Empresas devem desempenhar um papel central na diversificação económica, através da sua integração nas cadeias de fornecimento nacionais e internacionais. Segundo Chapo, as PME devem crescer, exportar e tornar-se fornecedoras competitivas dos grandes investimentos em curso no país. Para o sector agro-pecuário, a estratégia anunciada enquadra-se na intenção do Governo de transformar a economia de serviços numa economia produtiva, assente no aumento da produção, transformação, investimento e exportação.

Divulgados maiores exportadores do sector agrícola nacional

O Ministério da Economia, através da Agência de Promoção de Importações e Exportações (APIEX), divulgou no final de Agosto, durante a cerimónia de abertura da 61.^a edição da FACIM – Feira Internacional de Maputo, os maiores exportadores dos sectores agrícola e pesqueiro nacionais no presente ano. Na categoria das grandes empresas exportadoras do sector agrícola, a multinacional tabaqueira Mozambique Leaf Tobacco conquistou o primeiro lugar, em reconhecimento pelo volume de receitas geradas para o Estado, cujo valor não foi divulgado. Em segundo lugar ficou a sul-africana Tongaat Hullet, do sector açucareiro, que opera, em Moçambique, as fábricas de Marromeu e Xinavane. O Grupo João Ferreira dos Santos (JFS) ocupou a terceira posição. Na categoria das Pequenas e Médias Empresas (PME) exportadoras do sector agrícola, a Sociedade Algodoeira de Namialo conquistou o primeiro lugar, seguida pela Sociedade Algodoeira de Mutuali, em segundo, e pela Beluzi Bananas, Limitada, em terceiro. No sector pesqueiro, a Pescamar Limitada foi distinguida como a maior empresa exportadora, seguida pela Beira Pesca Limitada, em segundo lugar, e pela Marbeira – Sociedade de Pesca, em terceiro. Entre as PME do sector pesqueiro, foram distinguidas a Propesca, a Companhia de Pesca, a Aquapesca Limitada, e a Pesca Bom. As distinções fazem parte das iniciativas de promoção e reconhecimento das empresas que mais contribuem para as exportações nacionais e para a geração de receitas para o Estado.



Algodão com novo regulamento para alavancar impacto na economia

O Governo aprovou, no início do corrente mês, um novo Regulamento para a Cultura do Algodão, numa medida que pretende travar a queda da produção nacional, recuperar empregos e aumentar as receitas provenientes das exportações. A nova regulamentação estabelece regras para o fomento, produção, comercialização, transporte, armazenamento, descaroçamento, exportação e importação de algodão, procurando tornar o subsector mais competitivo e atractivo ao investimento privado. Com a implementação das novas regras, o Executivo espera elevar a produção nacional para uma média de 60 mil toneladas por ano, com potencial para gerar cerca de 65 milhões de dólares em receitas de exportação, através da venda da fibra e dos seus subprodutos. A medida prevê igualmente o aumento das receitas fiscais em mais de 105 milhões de meticais e a recuperação de cerca de 50% dos postos de

trabalho perdidos no subsector. O novo regulamento revoga o Decreto n.º 37/2015, de 31 de Dezembro, e surge num contexto de necessidade de revitalização da cadeia de valor do algodão, desde a produção até ao processamento e comercialização. Na mesma sessão, o Conselho de Ministros aprovou a criação do Instituto de Investigação em Biotecnologia e Águas (IIBA), que terá como missão promover investigação científica, desenvolvimento tecnológico, transferência de conhecimento e inovação aplicada nos domínios da agricultura, saúde, ambiente e águas. Foi ainda aprovada a Política Pesqueira e a Estratégia da sua Implementação 2026–2045, orientada para o fortalecimento da cadeia de valor das pescas e aquacultura, aumento da oferta de pescado no mercado nacional, criação de emprego e rendimento e maior competitividade dos produtos pesqueiros moçambicanos nos mercados internacionais.



“Novas Fazendas para Mães Africanas” chega a Moçambique



Moçambique vai adoptar e implementar o projecto “Novas Fazendas para Mães Africanas”, uma iniciativa da Federação de Mulheres da Província de Hunan, na China, que pretende promover o empoderamento económico das mulheres através da agricultura, formação profissional, transferência de tecnologia e empreendedorismo. A iniciativa, anunciada recentemente, pela Primeira Dama, Gueta Chapo, prevê capacitação em áreas como produção agrícola, pecuária, artesanato, comércio e electrónica, procurando transformar a actividade produtiva das mulheres em oportunidades de emprego e geração de rendimento. Quando damos à mulher instrumentos para produzir, empreender e prosperar, não estamos apenas a transformar a vida de uma mulher, estamos a transformar a vida de uma família, de uma comunidade, de uma província e de uma nação”, afirmou a Primeira-Dama, durante o anúncio do projecto em Maputo. Segundo Gueta Chapo, a iniciativa resulta de um compromisso assumido durante a sua recente visita à China e representa uma oportunidade para transformar a cooperação entre os dois países em acções concretas nas comunidades moçambicanas. O projecto deverá apostar também na introdução de tecnologias agrícolas modernas, incluindo equipamentos para a sementeira de arroz, com o objectivo de aumentar a produtividade e reforçar a capacidade de produção das mulheres camponesas. “Esta é uma parceria com que pretendemos semear alimentos, conhecimento, competências, oportunidades. Mas, acima de tudo, semear esperança”, disse Gueta Chapo. A iniciativa deverá envolver agricultores, empresários e parceiros chineses, com a perspectiva de criar experiências sustentáveis e replicáveis noutras comunidades.

Investigação agrária desafiada a estar mais integrada no campo



Emílio Tostão - novo Director Geral do IIAM

A Primeira-Ministra, Benvinda Levi, empossou no passado dia 28 de Agosto, Emílio Tostão, para o cargo de novo Director-Geral do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM), dando como principal missão aproximar a investigação científica dos produtores e transformar o conhecimento gerado pelo instituto em soluções concretas para os principais desafios da agricultura moçambicana. Durante o seu discurso de ocasião, Levi defendeu a necessidade de uma investigação agrária que deixe de estar distante da realidade dos produtores e passe a responder directamente às suas preocupações, contribuindo para aumentar a produção, a produtividade, os rendimentos familiares e a segurança alimentar. A Primeira-Ministra frisou a necessidade de uma ligação com a extensão agrária como uma das prioridades da nova direcção. Por outro lado, a governante exigiu um diálogo permanente entre o IIAM e os serviços de extensão, de modo a garantir que os resultados da investigação cheguem efectivamente aos produtores, melhorem as suas decisões e produzam impacto na economia rural. A cobrança de resultados inclui o desenvolvimento de tecnologias de culturas, variedades melhoradas e sistemas de produção mais eficientes e resilientes às mudanças climáticas. Para o Governo, estes devem ser alguns

dos produtos concretos da investigação agrária nacional. A orientação ocorre num momento em que o Governo assume a investigação e a inovação como componentes essenciais da transformação do sector agrário. Segundo a Primeira-Ministra, não haverá agricultura moderna sem investigação científica forte, nem desenvolvimento sustentável sem inovação tecnológica. A expectativa colocada sobre o IIAM é, por isso, de uma instituição mais orientada para resultados: produzir conhecimento, desenvolver tecnologias adaptadas às diferentes realidades agroecológicas do país e disponibilizar soluções inovadoras para produtores familiares e comerciais. No horizonte está também uma contribuição mais directa da investigação para a transformação económica do sector, através do aumento da produtividade, agregação de valor à produção nacional e melhoria dos rendimentos das famílias que dependem da agricultura. Emílio Tostão assumiu a liderança do IIAM num mandato em que, à luz das orientações deixadas pelo Governo, a principal medida de sucesso deverá ser a capacidade de fazer com que a ciência produzida pelo instituto se traduza em soluções efectivamente utilizadas no campo.

RÁDIO +AGRO

 **Conectando a Terra e o Meio Ambiente** 

sintonize-nos online em:



<https://maisagro.revistaterraonline.com>



sintonize-nos e seja
actor activo
no desenvolvimento
agro-ambiental do país.



INFORMAÇÃO
DE QUALIDADE



EDUCAÇÃO
AGRO-AMBIENTAL



PRÁTICAS
SUSTENTÁVEIS



COMUNIDADE
E PARTICIPAÇÃO

El Niño: Tempo de alerta

O fenómeno El Niño já está activo e coloca Moçambique perante uma época agrícola marcada pela incerteza. As previsões meteorológicas indicam que, a partir de Outubro, mês de arranque da época chuvosa e da nova época agrícola, o fenómeno deverá começar a produzir efeitos mais expressivos em várias zonas do Sul e Centro do país, com possibilidade de défices significativos de precipitação até Maio de 2027.

Dados actualizados do Instituto Nacional de Meteorologia (INAM) apontam para um cenário de seca com impactos severos em vários distritos das províncias de Tete, Sofala, Manica, Inhambane e Gaza. Outras zonas, incluindo partes das províncias de Maputo, Gaza, Cabo Delgado e Nampula, poderão enfrentar impactos moderados. Entre as áreas com previsão de impactos severos estão Changara, Marara, Magoé, Mutarara e Chiúta, em Tete; Machanga e a cidade da Beira, em Sofala; Guro, Machaze e Macossa, em Manica; Govuro e Panda, em Inhambane; e Chókwè, em Gaza, enquanto Moamba, Manjacaze, Chibuto, Chiúre e Memba figuram entre as zonas identificadas para impactos moderados.

O alerta ganha maior dimensão porque Outubro assinala o início da época agrícola e chuvosa em grande parte do país. É neste período que os produtores começam a preparar os campos e a lançar as primeiras sementes, depositando nas primeiras chuvas a esperança da primeira época da campanha. Especialistas alertam que um défice de precipitação no arranque poderá, por isso, atrasar sementeiras, reduzir a disponibilidade de água e comprometer o desenvolvimento das culturas. Perante este cenário, as autoridades decidiram activar os Planos de Acções Antecipadas (PAA) para a seca nas zonas identificadas. A estratégia procura antecipar os impactos e reforçar a capacidade de resposta, através da distribuição de sementes resistentes à seca, reabilitação de furos e sistemas de abastecimento de água e adopção de medidas para assegurar água e pasto para o gado. O desafio será transformar a previsão em preparação efectiva. Para comu-



nidades cuja produção depende essencialmente da chuva, os meses que antecedem Outubro serão determinantes. A disponibilidade de sementes adaptadas, água para consumo e produção, assistência aos produtores e práticas agrícolas mais resilientes poderá fazer a diferença entre uma campanha apenas difícil e uma época marcada por perdas significativas.

A memória das secas

Desde o início da década de 1980, sucessivos períodos prolongados de défice de precipitação atingiram sobretudo o Sul, região historicamente mais vulnerável à seca, mas também afectaram progressivamente áreas do Centro do país. A agricultura de sequeiro, predominante no país, torna milhões de famílias particularmente expostas à irregularidade das chuvas. Entre os episódios destacados no histórico climático nacional a seca de 1991–1992 permanece entre os mais severos do século XX, com extensas áreas agrícolas afectadas, quebra

da produção e perdas de gado. Na década seguinte, novas secas voltaram a pressionar o sector agrícola, incluindo episódios particularmente abrangentes em 2001 e 2005, mas foi em 2015–2016 que a combinação entre défice de chuvas e um dos mais fortes episódios de El Niño das últimas décadas voltou a colocar a vulnerabilidade do país em evidência. O Banco Mundial classificou a seca daquele período como a pior em 35 anos, com a disponibilidade de alimentos a cair cerca de 15%. A organização indica que, entre Janeiro e Março de 2016, algumas zonas do Sul e Centro receberam menos de metade da precipitação média e, como consequência, a seca provocou perdas de culturas em centenas de milhares de hectares e levou à necessidade de assistência alimentar urgente para cerca de 1,5 milhão de pessoas em sete províncias.



CRONOLOGIA

1981–2027

Linha do tempo dos principais episódios
e do novo risco climático



Novo episódio, velhos receios. Menos de uma década depois, Moçambique voltou a enfrentar um episódio severo. A época chuvosa e agrícola de 2023/2024 foi marcada por precipitação abaixo da média em grande parte do território. Segundo dados do INAM, a combinação do El Niño com o Dipolo do Oceano Índico positivo contribuiu para o défice de chuvas, particularmente no Sul e Centro. Entre Novembro de 2023 e Fevereiro de 2024, algumas regiões chegaram a permanecer 25 a 35 dias consecutivos sem chuvas significativas. O facto da situação ter acontecido durante a campanha agrícola tornou o impacto significativamente grave para as culturas, o acesso a água para consumo e abeberamento de animais, sobretudo em alguns distritos de províncias como Cabo Delgado, Tete, Manica, Sofala, Inhambane e Maputo. A análise da FEWS NET concluiu, na altura, que, em algumas áreas do Centro, a seca de 2023/2024 foi mais severa do que a de 2015/2016, quando comparados os níveis de satisfação das necessidades hídricas das culturas. O Programa Mundial de Alimentação (PMA) estimou que a seca induzida pelo El Niño, associada a temperaturas acima da média, contribuiu para uma quebra nacional de cerca de 720 mil toneladas de milho na campanha de 2023/2024.

Mais do que falta de chuva

A história das secas em Moçambique é também uma história de vulnerabilidade. Quando a chuva falha, os efeitos propagam-se rapidamente da machamba para os mercados e para as famílias: menor produção, redução das reservas alimentares, perda de rendimento, pressão sobre os preços, escassez de água e deterioração das condições do gado. Foi precisamente o que aconteceu em 2015/2016, período em que, segundo dados então compilados pelo Banco Mundial, o preço de retalho do milho aumentou 121% entre Março de 2015 e Março de 2016, enquanto pelo menos 500 mil pessoas necessitavam de acesso a água potável segura nas zonas afectadas. A dimensão do problema é explicada também pela estrutura económica e social do país. O Banco Mundial estima que cerca de 80% da população dependa de actividades agrícolas sensíveis ao clima.

Exame do Super El Niño e do que ele revela*

Patrick Mazza

Jornalista, Pesquisador e Ativista Ambiental

Temperaturas oceânicas já anunciam: vem aí uma ruptura climática inédita. O que a provoca? Quais seus nexos com o aquecimento global? Que esperar agora? Por que quase todos os governos permanecem em dissonância cognitiva?

Em 1998, um El Niño monstruoso assolava o Pacífico, alterando os padrões climáticos em todo o planeta – que acabara de vivenciar uma sequência de meses com temperaturas recordes. O então vice-presidente dos EUA, Al Gore, preparava-se para uma coletiva de imprensa sobre a turbulência climática. Um assessor ligou para Paul Rauber, editor da revista *Sierra*, para perguntar se ele tinha alguma pista sobre a relação entre o fenômeno e as mudanças climáticas.

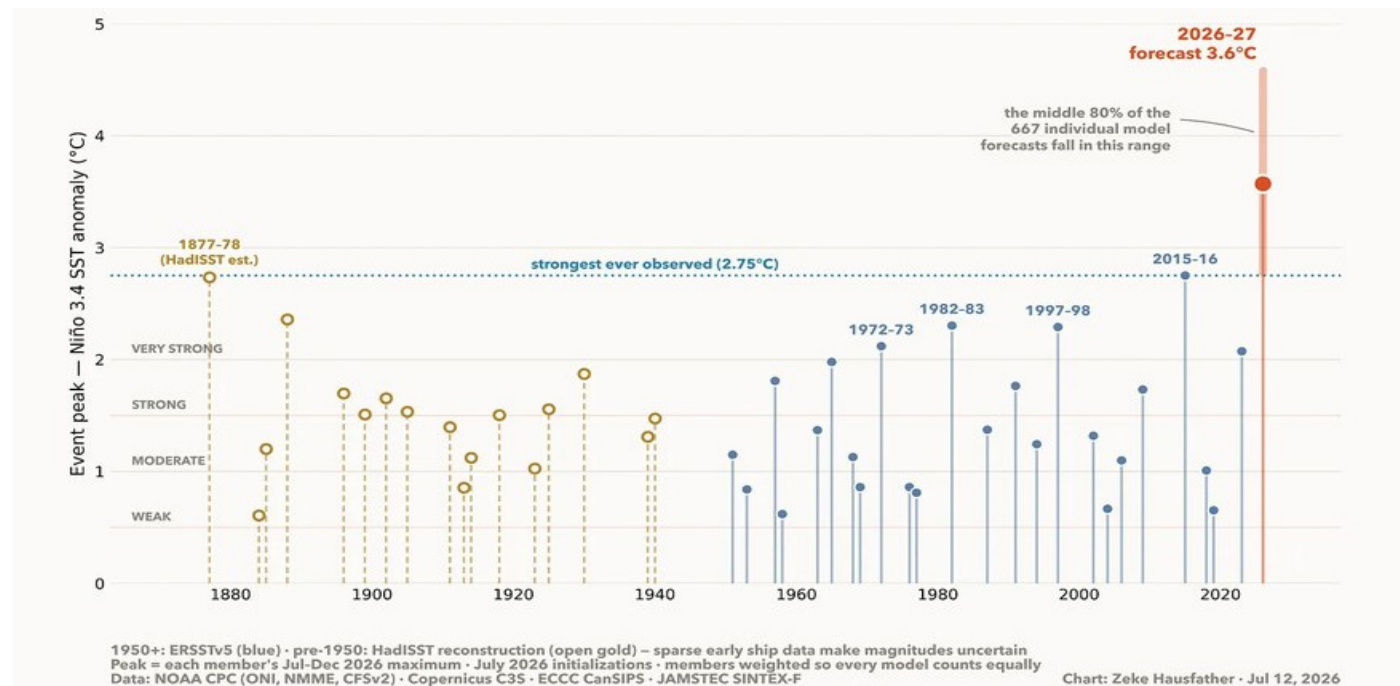
“Temos algo sobre isso na nossa última edição”, respondeu Rauber.

“Está no topo da minha pilha”, respondeu o assessor.

O artigo tinha como título “A Mão Invisível” e sugeria: “À medida que a atividade humana aquece a Terra, o El Niño torna-se mais violento. Estamos mesmo fazendo isso conosco mesmos?”. Eu era o autor. Em 1997, ao presenciar a chegada de um segundo super El Niño após apenas 14 anos, mergulhei no tema. Já vinha abordando as mudanças climáticas em meus textos havia quase uma década, mas essa foi minha primeira imersão profunda na ciência climática. Entrevistei muitos cientistas, incluindo alguns dos maiores nomes da área. Charles Keeling, que em 1958 liderou a criação da estação de monitoramento de Mauna Loa, que ainda é o principal local de medição de CO₂ do mundo (e que o governo Trump quer fechar, por razões óbvias). Wallace Broecker, que identificou a interconexão global das correntes oceânicas e sua capacidade de causar mudanças climáticas abruptas. Em nossa entrevista, Broecker repetiu a frase que deve ter incluído, de alguma forma, em todas as suas conversas: “O clima da Terra é como uma fera furiosa e nós a cutucamos com vara curta”. Kevin Trenberth, cientista-chefe do Centro Nacional de

Pesquisa Atmosférica (outra instituição que está sendo desmembrada sob o Trump). Trenberth descobriu que a probabilidade de dois super El Niños repetirem-se tão próximos um do outro era de apenas uma vez a cada 2 mil anos... Embora saber se o aumento do aquecimento global estava impulsionando os fenômenos El Niño permanecesse uma pergunta sem resposta, os cientistas repisavam uma pergunta crucial: o que acontece quando a variabilidade climática periódica, como a provocada por El Niño, se soma ao aquecimento global? Como isso ampliará o caos que um El Niño normalmente causa – secas, incêndios florestais, tempestades torrenciais, branqueamento de corais, colapso agrícola? Parece que em breve obteremos novas respostas para essa pergunta. O El Niño monstruoso que se forma no Pacífico parece estar a caminho de ser o mais intenso já registrado, e por larga margem. Suas temperaturas superarão em muito as dos super El Niños recentes de 1982-83, 1997-98 e 2015-16. Zeke Hausfather, cientista climático da Berkeley Earth, contextualiza a situação. Seus comentários são ainda mais surpreendentes porque ele tem a reputação

de ser reservado em suas conclusões, como confirma na primeira linha de uma publicação recente em seu site *Climate Brink*. “No geral, sou bastante ponderado na forma como discuto dados climáticos. Houve apenas uma vez nos últimos anos em que fiquei verdadeiramente chocado: quando as temperaturas globais de setembro de 2023 foram 0,5°C mais altas do que qualquer setembro já registrado. Era só uma vez até hoje. Com as simulações de julho já disponíveis, provenientes de 667 partes, de um conjunto de 14 modelos de previsão sazonal diferentes, tudo indica que o El Niño deste ano não só tem grandes chances de ser o evento mais forte desde que registros confiáveis começaram a ser feitos, como pode acabar sendo o mais forte por uma margem realmente impressionante.” “A mediana multimodelo para o pico do evento... está atualmente em 3,6°C, aproximadamente 0,8°C mais quente do que o recorde anterior de 2,75°C, estabelecido em 2015-16. Vale contextualizar: a diferença entre o El Niño mais forte e o quinto mais forte dos últimos 150 anos é de apenas cerca de 0,5°C. Os modelos estão prevendo um ponto fora da curva como jamais observamos antes.”



Intensidade mensal máxima de cada “El Niño” desde 1877, segundo a ciência climática de sua época. A mediana da previsão para 2026-27 (+3,6°C) supera todos os picos anteriores em 0,8°C.

Hausfather relata outros fatos impressionantes. As temperaturas oceânicas no Pacífico Central estão subindo mais rápido do que nunca, mesmo com o fenômeno La Niña em curso. Em meados de julho, elas estavam mais quentes do que em qualquer outro momento nos 45 anos de registros de medições por satélite. “Nenhum El Niño chegou a ser tão quente em julho”, afirma. 2026 já estava a ponto de ser um dos anos mais quentes já registrados. Essas condições aumentaram a probabilidade de superar 2024, como o ano mais quente. Devido ao mesmo fenômeno, 2027 quase certamente baterá o recorde, com projeções em torno de 1,7°C, ultrapassando por mais uma vez a meta do Acordo de Paris, de aquecimento máximo de 1,5°C acima dos níveis pré-Revolução Industrial. O planeta já está em seu 11º ano de temperaturas globais recordes ou próximas a recordes. Isso sobrecarregou a atmosfera com vapor d’água, que alimenta inundações e alagamentos. Cada grau Celsius representa 7% mais umidade na atmosfera. Este El Niño explode em um mundo já afetado pelo aquecimento global. Só pode intensificar a situação.

* * *

Para compreender a ligação entre o El Niño e as mudanças climáticas, é crucial entender exatamente o que é esta sazonalidade climática. Os oceanos absorvem a maior parte do calor solar acumulado pelo planeta. O Pacífico é o maior oceano, cobrindo quase metade da superfície da Terra. Seu maior coletor solar é o

Pacífico Ocidental tropical. O El Niño é o seu mecanismo de descarga de calor. É o responsável pela maior variabilidade climática interanual do mundo e, no geral, o maior evento regular do planeta, além da mudança das quatro estações. Por meio de uma complexa sequência de interações, o aumento do calor enfraquece os ventos alísios, mantendo a massa de água quente a oeste. Essa massa migra então para leste, no padrão clássico de uma língua, vista nas representações de um El Niño em sua plenitude. O fenômeno recebeu esse nome, que em espanhol significa “A Criança”, porque tende a ter seus maiores efeitos por volta do Natal. Os pescadores no Peru sentiram seus efeitos porque a superfície quente impede a ressurgência de água fria que alimenta as populações de peixes, reduzindo drasticamente as capturas. À medida que a língua quente se estende pelo Pacífico, seus efeitos se irradiam por todo o sistema oceânico e atmosférico global. Ela altera as correntes de vento globais, como a corrente de jato, o que provoca mais chuvas em algumas regiões, enquanto seca outras. O El Niño é como uma bola de bilhar que se choca contra um triângulo, espalhando as bolas por toda a mesa. O termo usado para descrever isso é teleconexões. Os impactos mais típicos são a falha das monções na Índia, secas e incêndios na Austrália, Indonésia e Amazônia, e inundações ao longo da costa do Pacífico na América do Sul e no leste da África. O calor recorde que atualmente impulsiona uma tem-

porada de incêndios devastadora na França e na Espanha está em linha com super El Niños anteriores, assim como as ondas de calor na América do Norte. Em um mundo em aquecimento, o maior coletor de calor solar do planeta não tende a liberá-lo com mais frequência e intensidade, na forma de El Niño? Essa é a lógica que explorei em meu artigo de 1998. Mas o sistema climático é incrivelmente complexo, e os registros de temperatura remontam apenas a um período limitado. Os cientistas são cautelosos. Eles tendem a projetar que o aumento da temperatura afetará os El Niños no futuro, devido à lógica básica. Mas ainda estão debatendo os impactos reais. A ciência chega lentamente à conclusão de que os El Niños estão se tornando mais frequentes e intensos devido ao aquecimento global. “É um tema muito controverso, uma questão crucial que precisa ser respondida corretamente”, afirmou Kim Cobb, cientista climática da Universidade Brown, no New York Times, em um artigo recente intitulado “As mudanças climáticas estão intensificando o El Niño? Um debate acirrado”. De dezesseis cientistas que falaram ao jornal, oito disseram ver evidências convincentes de que as mudanças climáticas provavelmente estão aumentando a intensidade dos eventos El Niño. Entre eles está Michael McPhaden, cientista sênior da Agência Oceânica e Atmosférica dos EUA (a NOAA). Alertou que a ciência é “muito incerta”, mas afirmou que o

desenvolvimento de outro El Niño forte este ano seria “bastante notável”. Se o fenômeno atual atingir as proporções que muitos preveem, isso significaria que três dos seis eventos mais fortes desde 1950 ocorreram nos últimos 11 anos. Repito: esses são os 11 anos mais quentes já registrados no planeta. Uma das afirmações mais definitivas sobre a ligação entre o El Niño e as mudanças climáticas foi feita por Wenju Cai, cientista climático da Universidade Oceânica da China. Utilizando modelagem computacional avançada para construir um registro de El Niños passados, Cai e sua equipe chegaram a diversas conclusões importantes. Eles compararam o período de 1901-1960 com o de 1960-2020. Três quartos das simulações do modelo encontraram eventos no período mais recente com intensidade média cerca de 10% maior. Eles compararam as simulações a um cenário em que os gases de efeito estufa estivessem nos níveis anteriores à Revolução Industrial. A probabilidade de esses aumentos terem ocorrido em um cenário assim seria de 2,5% a 10%. “É praticamente impossível que isso aconteça sem as mudanças climáticas”, disse Cai ao New York Times. McPhaden, participante do estudo e cientista-chefe do Laboratório Ambiental Marinho do Pacífico da NOAA em Seattle, um centro de pesquisa sobre o El Niño, escreveu: “Uma manifestação desse ciclo amplificado é que eventos fortes de El Niño e La Niña estão se tornando mais intensos e frequentes, exatamente como observamos em registros históricos mais recentes. Os grandes eventos são os que têm maior impacto. Esse ciclo amplificado se traduz em secas, inundações, ondas de calor, incêndios florestais e tempestades severas mais extremas e frequentes, associadas ao El Niño...” Quais são as implicações mais amplas disso tudo? É inegável que o mecanismo de liberação de calor intensificará os extremos climáticos devastadores que já ocorrem em todo o planeta. Se o El Niño e seu fenômeno complementar, o La Niña, forem amplificados pelo aquecimento global, isso cria um ciclo de retroalimentação que torna esses extremos ainda mais destrutivos. Ainda assim, à medida que as alterações climáticas atingem novos patamares, grande parte do mundo parece estar afastando-se da ação climática. Nos EUA, Trump desmantela instituições científicas sobre o clima e mina o desenvolvimento de fontes de energia

limpa, enquanto o Partido Republicano junta-se ao coro dos negacionistas. Os Democratas abafam o debate sobre clima em nome da acessibilidade, o que é irônico, tendo em conta o aumento das contas dos supermercados, dos seguros de habitação e de uma infinidade de outros custos. Na Europa, que já foi líder na luta contra as alterações climáticas, as nações, sob pressão econômica, reverterem seus compromissos de alcançar neutralidade carbônica. As emissões de gases do efeito-estufa continuam a aumentar, embora na China, em exceção positiva, comecem a cair. Isso leva a uma sensação de dissonância cognitiva global. A intensificação dos impactos climáticos em todo o mundo deveria estimular uma resposta de crise. Deveríamos reconhecer que esta é uma emergência global. Em vez disso, estamos caminhando na direção oposta. Mas há uma lógica esquizofrênica em tudo isso, um clássico dilema. Há um conhecimento generalizado de que enfrentamos uma situação crítica. Mas não conseguimos, coletivamente, compreender o que isso significa, a transformação maciça dos sistemas econômicos e energéticos que será necessária. Refugiamos-nos na negação, branda ou radical, que nos permite continuar com nossas rotinas. A questão é: o que nos despertará? O que nos levará a finalmente confrontar a necessidade? Quando as pessoas pressionarão os governantes a agir, enquanto fazem mudanças necessárias em suas próprias vidas? É possível esperar que o que acontecerá nos próximos meses será alarmante a ponto de provocar a resposta necessária. Mas já estou nisso há tempo suficiente para ter visto muitos eventos que, pensei, provocariam o mesmo. A destruição de Nova Orleans pelo furacão Katrina. A devastação de Nova York pela super-tempestade Sandy. Por mais que deteste admitir, não estou otimista. Mas nós, que estamos conscientes, precisamos aproveitar esta oportunidade. Precisamos denunciar a situação de emergência que o mundo enfrenta — especialmente a mídia, que não faz a conexão entre desastres e mudanças climáticas. Seja como for, já estamos na era dos extremos climáticos. Eles só irão se intensificar daqui para frente — até o momento, ainda incerto, em que zeremos a poluição climática. Ainda que caminhemos rumo ao zero, também precisaremos priorizar a adaptação climática em todos os níveis, do local ao nacional e internacional. Precisamos preparar nossas

comunidades para as tempestades, inundações, ondas de calor, secas e incêndios que estão por vir. Enquanto isso, precisamos continuar fazendo tudo o que pudermos para reduzir a poluição climática e desmistificar a ideia de que podemos manter o rumo atual. Se continuarmos assim, a adaptação se tornará cada vez mais difícil e, por fim, impossível. No processo de adaptação, devemos focar em oportunidades duplas de adaptação e redução. Por exemplo, áreas úmidas podem amortecer inundações e a elevação do nível do mar, além de absorver carbono. Práticas agrícolas sustentáveis podem reduzir a poluição no campo e, ao mesmo tempo, absorver carbono no solo. Edifícios com melhor isolamento podem proteger contra temperaturas extremas e reduzir o consumo de energia. Lidar com as mudanças climáticas também oferece oportunidades para construir uma sociedade mais justa. As alterações climáticas expõem todas as fragilidades da sociedade, como a insegurança alimentar generalizada. O impacto imediato deste El Niño agravará a situação, com a quebra de safras e aumento dos preços. Nas próximas décadas, a insegurança alimentar provavelmente terá o impacto climático mais abrangente sobre as populações humanas. Muitas pessoas já não têm comida suficiente. Devemos abordar essa questão de qualquer forma, com esforços abrangentes para garantir que as pessoas tenham o suficiente. Será necessária uma sociedade forte para lidar com o que está por vir. Sempre esperei que as múltiplas crises que se abatam sobre a humanidade nos tornassem uma espécie mais sábia, mais humilde diante das consequências de nossa arrogância coletiva. Devo dizer que, ao ler notícias sobre o que está acontecendo ao redor do planeta, muitas vezes sinto um aperto no estômago. Me revolta que tenhamos ido tão longe enquanto permitimos que interesses poderosos destruam nosso futuro coletivo. Em algum momento, precisamos despertar. Façamos tudo o que pudermos para que este El Niño “impressionante” seja esse momento. Que “A Criança” nos faça refletir sobre nós mesmos e sobre o mundo que estamos deixando para elas.

*** Artigo da autoria de Patrick Mazza, publicado pelo portal Outraspalavras.net e republicado, com a devida autorização do portal.**

Agronegócio: o custo de produzir em Moçambique

Moçambique tem terra, água, clima, mão-de-obra e mercado, mas é, essencialmente, dependente das importações para satisfazer as principais necessidades do cabaz alimentar. O governo aponta o agronegócio como o caminho para acabar com este paradoxo, preso entre o potencial agrícola e a competitividade económica que, para o sector privado, é um dos principais desafios.

Numa altura em que o Governo aponta para o agronegócio como uma das vias para mudar o actual paradigma de desenvolvimento, a Revista Terra foi ouvir o sector privado sobre os verdadeiros nós de estrangulamento que travam o desenvolvimento agrário no país e sobre as perspectivas para o futuro. A baixa produtividade, a logística cara, o acesso limitado ao financiamento e os custos de energia e transporte estão entre os factores apontados como limitantes da competitividade. Segundo Arnaldo Ribeiro, vice-presidente do Pelouro do Agro-negócio ao nível da Confederação das Associações Económicas (CTA) e Presidente do Conselho de Administração (PCA) da empresa Citrinos de Umbeluzi (Citrus SA), em entrevista à nossa reportagem, “entre o campo e o consumidor existe uma cadeia de custos que começa nos factores de produção, passa pelo financiamento, energia e transporte e termina no preço a que o produto chega ao mercado”. É neste intervalo que se encontra uma parte importante dos problemas que condicionam o desenvolvimento do agronegócio em Moçambique. “O nosso problema em Moçambique é fundamentalmente a produtividade e a logística”, resume Ribeiro. O retrato que emerge é o de um sector com potencial, mas confrontado com uma equação económica difícil: produzir pouco, a custos elevados, e competir num mercado cada vez mais aberto.

O milho é um dos exemplos usados por Ribeiro para explicar este paradoxo. Embora o país produza volumes que, em termos teóricos, poderiam responder a uma parte importante da procura nacional, o produto nem sempre consegue chegar aos principais centros de consumo a um custo competitivo. O mau estado das estradas e a distância entre as zonas de produção e os mercados transforma uma vantagem potencial numa desvantagem comercial. “O exemplo da farinha de milho ilustra a dimensão do problema. Enquanto o produtor nacional enfrenta custos de transporte elevados e limitações de infra-estrutura, a farinha proveniente da África do Sul beneficia das condições estabelecidas no quadro do acordo comercial da SADC. O resultado é uma concorrência que não se decide apenas na machamba, mas em toda a cadeia que leva o produto até ao consumidor”, explica a fonte. Por outro lado, a fonte frisa que há uma diferença estrutural que torna essa competição ainda mais difícil: a produtividade. Ribeiro compara o rendimento médio nacional do milho, estimado em cerca de uma tonelada por hectare, contra uma média de cerca de seis toneladas por hectare na África do Sul, o que não traduz apenas uma diferença agronómica. “É uma diferença que se transforma directamente em custo por unidade produzida”, resume.



Arnaldo Ribeiro - vice-presidente do Pelouro do

“Isto não é porque os nossos produtores são preguiçosos, não é porque os nossos produtores trabalham menos, é porque os nossos produtores não têm todas as condições que os produtores sul-africanos usam”, explicou, salientando o que considera serem os factores determinantes. A explicação está, em grande medida, no modelo de produção. Fertilizantes, pesticidas, irrigação, mecanização, agricultura de precisão, e acesso ao crédito continuam longe de estar disponíveis nas condições necessárias para a maioria dos produtores. O agricultor moçambicano produz, portanto, dentro de uma estrutura de custos e produtividade muito diferente daquela dos seus concorrentes regionais.

A equação do arroz

O arroz torna a equação ainda mais evidente. Com um consumo nacional que ronda as 600 mil toneladas anuais, o país recorre em larga escala às importações para satisfazer as necessidades. Ao mesmo tempo, o entrevistado frisa que



Agronegócio/CTA

“
Com 100 mil ha
e com a produ-
tividade do Viet-
nam, seria pos-
sível satisfazer
as necessidades
actuais do país”,

a produção doméstica ocupa uma área muito superior à que seria necessária se fossem alcançados níveis de produtividade semelhantes aos de grandes produtores internacionais, como o Vietname. “Com 100 mil ha e com a produtividade do Vietname, seria possível satisfazer as necessidades actuais do país”, avaliou. Contas feitas, o que parece, à primeira vista, um problema de produção revela-se, assim, um problema de eficiência económica. “Quanto menor for a produtividade por hectare, maior será a área, a mão-de-obra e o conjunto de recursos necessários para produzir determinada quantidade. E quanto maior for o custo de levar essa produção ao mercado, menor será a margem disponível para o agricultor investir novamente”, explica. “É neste ponto que o problema do agronegócio deixa de ser apenas agrícola. Quando produzir é caro, transportar é caro e financiamento é caro, a baixa produtividade deixa de ser apenas uma característica da machamba e

passa a ser um problema de competitividade da economia”, resumiu. Pelas contas do sector privado, a pressão sobre as margens não termina com a colheita. Para as culturas de exportação, que constituem uma das áreas mais dinâmicas do agronegócio nacional, existe ainda uma outra assimetria: as receitas são obtidas em moeda estrangeira e depois convertidas em Meticais, enquanto a maior parte dos custos é suportada em meticais.

“Com o câmbio fixo há cerca de cinco anos em relação ao Dólar americano e demasiado forte em relação ao Rand sul-africano, aliado à subida enorme dos custos internos, a mesma receita convertida em moeda nacional deixa de ter o mesmo poder de compra o que faz reduzir as margens do produtor”, explicou. O combustível é, segundo Ribeiro, um dos principais canais dessa transmissão de custos, na medida em que “o aumento do preço não afecta apenas o tractor que trabalha a terra. Propaga-se pelo transporte dos factores de produção, pelo frete, pela movimentação da colheita e por toda a cadeia logística”. Segundo realçou, numa situação em que a agricultura depende de longas distâncias e de estradas em condições insuficientes, cada aumento do combustível acaba por chegar à machamba sob a forma de custos adicionais.

“Tudo isso encareceu, mas o preço dos produtos agrícolas não aumenta de igual forma. Portanto, as margens do agricultor são cada vez menores”. Deste modo, Ribeiro frisa que “a consequência económica é directa”.

“Quando os custos crescem mais rapidamente do que os preços de venda, a margem encolhe. E uma margem pequena significa menor capacidade de investimento, menor capacidade de absorver choques e menor possibilidade de adoptar tecnologia”.

“Forma-se, assim, um ciclo difícil de romper: baixa produtividade aumenta o custo unitário; custos elevados reduzem a competitividade; a fraca rentabilidade limita o investimento; e o baixo investimento mantém a produtividade baixa”.

Quando o crédito não acompanha a machamba

O financiamento entra nesta equação como uma peça central. Segundo a nossa fonte, não basta existirem fundos para a agricultura se os produtores não conseguirem cumprir as condições necessárias para aceder a eles.

“O desafio, por isso, não é apenas disponibilizar dinheiro. É construir uma ponte entre o capital e o produtor. Isso implica formalização, registos, assistência técnica e formação, modelos de financiamento ajustados aos ciclos agrícolas e instrumentos que permitam transformar uma actividade produtiva num negócio financiável”, frisou.

Por outro lado, Ribeiro defende que o crédito agrícola precisa acompanhar o tempo biológico da produção e agir em função da diferenciação entre culturas anuais e plantações permanentes, pois só assim pode trazer resultados efectivos. “Enquanto uma cultura de ciclo curto pode começar a gerar receitas em poucos meses, culturas como a macadâmia exigem anos até ao retorno do investimento. O crédito agrícola precisa, portanto, de acompanhar o tempo biológico da produção”, apontou. Ainda assim, a fonte chama atenção para outros custos que não cabem apenas na contabilidade da empresa, nomeadamente a energia instável, estradas degradadas e ausência de infra-estruturas adequadas que “transformam-se, também, em custos de produção”. “O produtor agrícola não depende só da terra e da água e do Ministério da Agricultura. O produtor agrícola depende de muito mais coisas, nomeadamente de estradas, de defesa contra as cheias, de electricidade disponível em quantidade em termos de potência e fiável”, salientou.

Competir num mercado aberto

A abertura comercial acrescenta, segundo o sector privado, outra camada ao problema. Se, em princípio, mercados mais abertos significam acesso a mais consumidores, mais fornecedores e mais oportunidades de exportação, a fonte salienta que “essa oportunidade pressupõe que os produtores nacionais tenham capacidade para competir”. Quando essa capacidade ainda não existe, salienta a nossa fonte, a abertura pode transformar-se numa pressão adicional sobre empresas que ainda estão a construir escala, produtividade e eficiência. De acordo com Arnaldo Ribeiro Moçambique avançou rapidamente no desarmamento alfandegário sem desenvolver, no mesmo ritmo, as capacidades internas necessárias para produzir em quantidade, qualidade e preço competitivos. “Nós não fomos capazes até aqui de criar capacidade de produção nacional daqueles produtos que desarmámos,

em condições de quantidade, de qualidade e de competitividade devido às razões às quais me referi atrás. Logística, financiamento, sanidade, todas as condições às quais me referi atrás”, avaliou. A questão, portanto, não é simplesmente escolher entre abertura ou protecção. É, segundo a nossa fonte, “determinar em que momento e em que condições cada sector está preparado para competir”. “Um mercado aberto pode ser uma oportunidade para uma economia produtiva; para uma economia com custos elevados e baixa produtividade, pode funcionar como um acelerador da perda de mercado interno”, frisou. Ribeiro defende, por isso, mecanismos temporários de protecção para determinadas culturas alimentares, acompanhados de investimento e metas de produtividade. O exemplo usado é o açúcar, cuja protecção foi concebida para permitir o desenvolvimento da produção nacional. “E isso funcionou pois hoje abastecemos o mercado nacional com produção nacional e exportamos o excedente para outros mercados”, disse. Na sua visão, mecanismos semelhantes poderiam ser adaptados, com as devidas diferenças, a produtos como arroz, milho e soja e utilizar o tempo de protecção para reduzir custos, elevar produtividade, melhorar a qualidade e criar empresas capazes de competir quando essa protecção deixar de existir. “Essas protecções têm que sempre ser temporais, não podem ser com prazos infinitos. Tem que ter um prazo, por exemplo, de 5, 10, ou mais anos, conforme o produto de que se trata”, sugeriu. “Se a protecção for acompanhada por irrigação, mecanização, financiamento, tecnologia, infra-estruturas, assistência técnica e formação, pode criar capacidade produtiva. Se for apenas uma barreira à concorrência, corre o risco de preservar ineficiências e de nunca mais sairmos da situação de importador”, salientou.

Tecnologia, risco e produtividade

A produtividade é, em última análise, a variável que pode alterar toda esta equação. E, para Ribeiro, parte da resposta passa por acelerar a adopção tecnológica. Drones, sensores, sistemas de irrigação automatizados e inteligência artificial já permitem, em diferentes contextos, identificar diferenças de solo, ajustar a aplicação de fertilizantes, gerir a água com maior precisão e detectar pro-

blemas de pragas e doenças, antes que provoquem perdas significativas. A importância desta transformação está, de acordo com o nosso entrevistado, no facto de a tecnologia deixar de ser apenas uma ferramenta de modernização e passar a ser também um instrumento de redução de custos. Contudo, a efectividade depende, também de factores como a electricidade, conectividade, capital, conhecimento e capacidade de manutenção. “Isto tudo faz duplicar, triplicar, quadruplicar mesmo, os rendimentos por hectare, desde áreas pequenas até áreas grandes”.

Controlo de pragas

A sanidade vegetal é um dos problemas que continua em níveis alarmantes no país. Dados oficiais das autoridades agrícolas indicam que Moçambique regista anualmente perdas pós-colheita de mais de 30 por cento devido a pragas e doenças. Perante esta situação, Ribeiro defende a recuperação da capacidade de defesa fitossanitária do País, incluindo existência de especialistas, laboratórios, monitoria e sistemas de detecção antecipada, o que, aliado à aplicação das novas tecnologias, incluindo drones e a ligação a plataformas internacionais de acompanhamento de pragas, pode permitir uma resposta mais rápida. “É preciso que haja capacidade interna, no Ministério responsável pela agricultura, para no momento certo, reagir. Não como acontece hoje, em que só depois de ocorrer a praga, é que o Governo vai arranjar financiadores para combater a praga”, sugeriu. “A prevenção, neste caso, é também uma política económica. Combater uma praga depois de ela se espalhar, pode ser potencialmente muito mais caro do que monitorizar, detectar e intervir numa fase inicial. É o que aconteceu com os nossos palmares”, salientou.

“O nosso problema em Moçambique é fundamentalmente a produtividade e a logística”

TABELA DE PUBLICIDADE

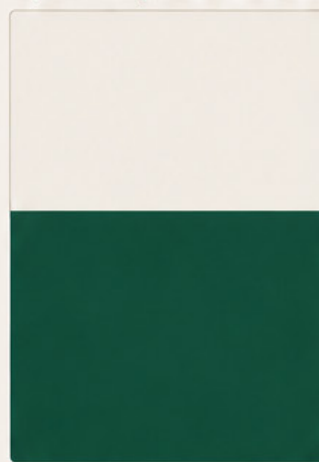
PÁGINA



IMPAR/PAR
37.500 MT + IVA

21cm X 27,5cm
Bleed 3 mm

1/2 PÁG (HORIZONTAL)



IMPAR/PAR
24.000 MT + IVA

13,75cm X 21cm
Bleed 3 mm

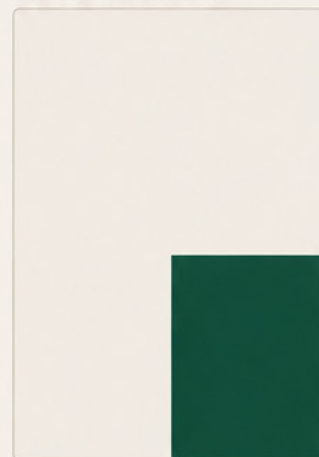
1/2 PÁG (VERTICAL)



IMPAR/PAR
24.000 MT + IVA

10,5cm X 27,5cm
Bleed 3 mm

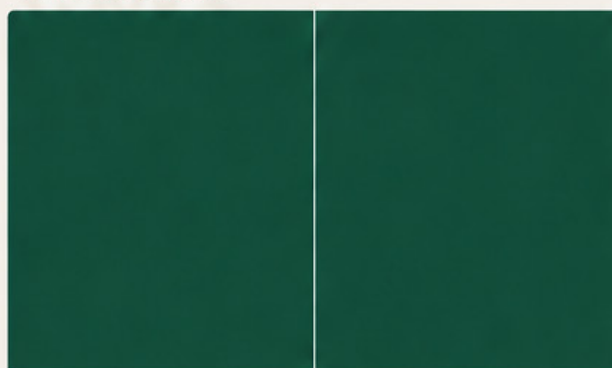
1/4 DE PÁGINA ¼



IMPAR/PAR
13.500 MT + IVA

10,5cm X 13,75cm
Bleed 3 mm

PÁGINA DUPLA



57.000 MT + IVA

27,5cm X 42cm
Bleed 3 mm



Cada inserção na revista impressa
ganha 1 mês de publicidade na nossa webpage.



Combatentes passam a ter quota nos projectos agrícolas



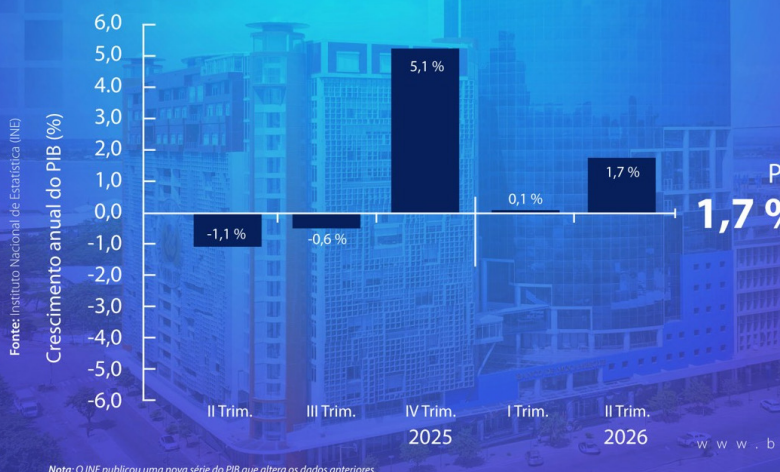
O Governo decidiu reservar uma percentagem de 10% das iniciativas do sector aos Veteranos da Luta de Libertação Nacional, numa medida que procura transformar o reconhecimento histórico em participação directa na produção e no desenvolvimento económico.

Daniel Chapo, durante a cerimónia oficial de celebração dos 52 anos dos Acordos de Lusaka.

No seu discurso de ocasião, Chapo destacou a necessidade de os antigos combatentes continuarem a contribuir para o desenvolvimento do país, agora através de actividades produtivas. “Temos a honra de vos comunicar que o Governo decidiu que, a partir deste ano, 10 por cento dos projectos do sector da Agricultura serão reservados para Veteranos da Luta de Libertação Nacional, em todo o País”, anunciou Chapo. A medida representa uma nova abordagem na política de valorização dos combatentes, ao associar o reconhecimento pelo seu papel na luta de libertação a oportunidades concretas de participação no sector agrícola. Da libertação da terra à produção. Ao justificar a decisão, o Presidente da República afirmou que aqueles que contribuíram para a libertação do território nacional devem também participar no seu desenvolvimento. “Queremos que aqueles que ajudaram a libertar a terra e os homens também participem no seu desenvolvimento sustentável”, afirmou, acrescentando que o Governo continuará a criar condições para que os combatentes parti-

cipem no processo de desenvolvimento. O anúncio surge num contexto em que o Executivo coloca a independência económica no centro da sua visão para os próximos anos. O Presidente defendeu uma economia moçambicana mais produtiva e competitiva, com maior participação dos cidadãos nas cadeias de valor. Para a agricultura, a nova quota poderá abrir espaço para uma maior integração dos Veteranos em actividades de produção, transformação e comercialização, embora o discurso presidencial não tenha especificado que tipos de projectos estarão abrangidos. Também não foram anunciados os critérios de acesso, o modelo de financiamento, os mecanismos de selecção dos beneficiários ou a distribuição dos 10% pelas províncias. Estes elementos serão fundamentais para determinar o alcance da medida e o seu impacto efectivo na actividade agrícola dos combatentes. A decisão coloca, entretanto, os Veteranos da Luta de Libertação Nacional como um novo grupo com participação formalmente reservada nos projectos agrícolas, ligando a memória da luta pela libertação da terra ao actual desafio de produzir, gerar rendimento e contribuir para a independência económica do país

ACTIVIDADE ECONÓMICA CRESCEU 1,7 % NO II TRIMESTRE DE 2026



Agricultura longe do crédito bancário

Agricultura voltou a manter, no último trimestre, a tendência de um peso reduzido no financiamento bancário em Moçambique

De acordo com a Informação Estatística do Banco de Moçambique, em Julho, o sector recebeu apenas 4,6 mil milhões de meticais, num universo de 291,7 mil milhões de meticais de crédito concedido pela banca à economia. O montante destinado à agricultura representa cerca de 1,6% do crédito bancário total, num período em que o financiamento voltou a ser liderado pelo sector do comércio, que absorveu 25,7 mil milhões de meticais, transportes e comunicações, com 24,2 mil milhões, e indústria transformadora, com 22,2 mil milhões de meticais. O baixo acesso ao crédito demonstra um ambiente económico que se mantém pouco amigável ao investimento produtivo, a avaliar pelas taxas de juro praticadas.

Em Julho, a taxa média de juro dos empréstimos bancários com prazo de um ano situou-se em 21,27%, enquanto a Prime Rate permaneceu nos 15,50%. Para actividades agrícolas, caracterizadas por ciclos de produção mais longos e exposição a riscos climáticos e de mercado, este custo pode limitar a procura e a capacidade de financiamento.

Combater poluição e crise climática pode elevar PIB global

Investimentos no combate à crise do clima custariam menos da metade do gasto actual com subsídios aos combustíveis fósseis, indica um recente relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). De acordo com esta fonte, cada dólar investido no combate às mudanças climáticas e à poluição do ar pode gerar cerca de US\$ 15 em benefícios económicos e sociais. O estudo estima que a implementação de 25 medidas climáticas poderá aumentar o PIB global em 2,8% até 2035, podendo os ganhos chegar a 4,5% em 2050 e 11,4% em 2100, caso a acção seja iniciada imediatamente. As medidas abrangem energia, indústria, transportes, agricultura e sistemas alimentares, habitação e gestão de resíduos, incluindo a expansão das energias renováveis, eficiência energética, veículos eléctricos e soluções limpas para cozinhar e aquecer. O PNUMA estima que a implementação integral das medidas poderá evitar, até 2050, 144 milhões de mortes prematuras associadas à poluição do ar, reduzir as emissões de dióxido de carbono em cerca de metade e cortar as emissões de metano em 60%. Os investimentos necessários corresponderiam a cerca de 0,7% do PIB global na próxima década, enquanto cada ano de atraso na acção climática poderá representar uma perda superior a US\$ 1,5 trilião em benefícios económicos e sociais. “Este relatório mostra o contrário: o ar limpo é um factor essencial para o desenvolvimento, a saúde, a segurança alimentar e energética e a estabilidade do clima”, afirmou Inger Andersen, directora executiva do PNUMA.



Combate à seca ganha fundo para atrair capital privado

Novo mecanismo, adoptado na COP 17, que teve lugar de 17 a 28 de Agosto na Mongólia, pretende mobilizar US\$ 400 milhões para agricultura sustentável em regiões afectadas pela seca.



O combate à seca ganhou uma nova frente de financiamento na COP17 da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD) com a criação de um mecanismo destinado a atrair capital privado para projectos de agricultura sustentável em regiões vulneráveis. A iniciativa tem como meta mobilizar US\$ 400 milhões em investimentos privados, procurando transformar a recuperação de terras degradadas e a gestão sustentável da água em oportunidades de investimento. O anúncio ocorre num momento de crescente pressão sobre países afectados pela degradação dos solos, escassez de água e insegurança alimentar. Nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento, mais de 18

milhões de hectares encontram-se degradados e mais de 70% dos países enfrentam escassez hídrica. As negociações da COP17 foram, entretanto, marcadas pela divergência sobre a criação de um instrumento internacional específico para enfrentar as secas. Os Estados Unidos defendem que a questão deve ser tratada a nível nacional, enquanto países africanos, União Europeia e Brasil pressionam por uma resposta global. A UNCCD mantém a expectativa de um compromisso até ao encerramento da conferência, apesar do impasse. Para a organização, a dimensão crescente das secas exige respostas coordenadas entre países.



GALERIA

Distinctive Furniture for Luxe Living Spaces

Feito Com **Arte.** Definitivamente **Moderno.**

Oferecemos móveis de fabricantes europeus de produtos de luxo e design de qualidade superior para:

Sala de estar, Sala de jantar, quarto,
Decoração/Iluminação para interiores, Tudo de
coleções que variam do luxo, ultramoderno, ao
minimalista contemporâneo e a preços
competitivos

Contacto

+72 (82) 966 1652

+27 (83) 577 6398

sales@rotundaplantire.co.za

Litchie Road, Vintonia,
Nelspruit, Mpumalanga RSA

<http://www.rotundaplantire.co.za>



Nossos Serviços na Área de Construção

ROTUNDA

PLANT HIRE

Oferecemos uma vasta gama de serviços desde:

Venda e aluguer de equipamentos para obras de engenharia, como a construção de estradas;
Procurement e execução de obras.



Contacto



+72 (82) 966 1652

+27 (83) 577 6398



sales@rotundaplanthire.co.za



Litchie Road, Vintonia,
Nelspruit, Mpumalanga RSA



<http://www.rotundaplanthire.co.za>